

**PRÁTICAS EDUCATIVAS COM
PESSOAS NEGRAS NO
BRASIL COLÔNIA: INDÍCIOS,
MATERIALIDADE E
SILENCIAMENTO**

**EDUCATIONAL PRACTICES WITH
BLACK PEOPLE IN COLONY BRAZIL:
EVIDENCE, MATERIALITY AND
SILENCING**

Oberdan da Silva de Andrade

Doutorando no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Tiradentes – UNIT/SE. Mestre em Educação pela Universidade de Pernambuco /UPE e em Ciências da Educação pela Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologias de Lisboa/Portugal. Gestor Escolar e Professor da Educação Básica do Estado de Pernambuco. Paelas, Pernambuco, Brasil, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3403-7253>. E-mail: oberdandrade@gmail.com

Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento

Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil (PUC/SP). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) Bolsista de Produtividade em Educação pelo CNPq, desde 2012. Professora da Graduação e do PPED/Universidade Tiradentes. Aracaju, Sergipe, Brasil. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4050-767X>. E-mail: esterfraga@gmail.com

Resumo: Na perspectiva da História da Educação, este estudo objetiva analisar as práticas educativas direcionadas às pessoas negras durante o período colonial brasileiro. O referencial teórico-metodológico ancora-se nos estudos da historiografia educacional no Brasil colônia de Gondra & Schueler (2008), Morais (2016) e Casimiro (2007); pelo viés da História da Educação na perspectiva das pessoas negras através dos estudos de Munduruku (2012); Gomes (2017) e Silva (2000); na relação entre instrução e escravidão no período sinalizado nas pesquisas em Santos, Amorim e Nascimento (2017) e nos pressupostos pedagógicos instituídos pelo manual jesuítico do *Ratio Studiorum* apresentado por Franca (2019). A pesquisa foi permeada pela abordagem qualitativa via pesquisa bibliográfica tendo como método de análise o Indiciário de Ginzburg (1989). Apesar dos marcos regulatórios educacionais nos tempos coloniais terem sido elaborados conforme os padrões eurocêntricos em alinhamento ao poder político e escravocrata em que se proibia os menos favorecidos o direito à escolarização, os resultados apontaram indícios da existência, restrita e pontual, do acesso à Educação via a materialização de práticas educativas direcionadas às pessoas negras à época investigada. Conclui, porém, também, pela existência desses processos educativos materializados pelo silêncio, exploração e esquecimento para com os sujeitos da pesquisa.

Palavras-chave: História da Educação. Educação às pessoas negras. Brasil colonial. *Ratio Studiorum*.

Abstract: From the perspective of the History of Education, this study aims to analyze educational practices aimed at black people during the Brazilian colonial period. The theoretical-methodological framework is anchored in studies of educational historiography in colonial Brazil in Gondra & Schueler (2008), Morais (2016) e Casimiro (2007); from the perspective of the History of Education from the perspective of black people through studies of Munduruku (2012); Gomes (2017) e Silva (2000); in the relationship between education and slavery in the period highlighted in research in Santos, Amorim e Nascimento (2017) and in the pedagogical assumptions established by the Jesuit *Ratio Studiorum* manual presented by Franca (2019). The research was permeated by the qualitative approach through bibliographical research, using a method of analysis the evidence method of Ginzburg (1989). Although educational regulatory frameworks in colonial times were drawn up according to Eurocentric standards in alignment with political and slave power in which the right to

schooling was prohibited for the least favored, the results showed evidence of the existence, restricted and punctual, of access to Education via the materialization of educational practices aimed at black people at the time investigated. However, it also concludes that these educational processes exist materialized through silence, exploration and forgetfulness towards the research subjects.

Keywords: History of Education. Education for black people. Colonial Brazil. *Ratio Studiorum*.

INTRODUÇÃO

Este estudo se insere na perspectiva da História da Educação visando contribuir para suprir o silêncio de uma temática secular pouco estudada pelos historiadores, pesquisadores e/ou estudiosos da Educação: a dimensão histórica das práticas educativas voltadas às pessoas negras durante o período colonial.

O interesse por esta investigação surgiu nas aulas da disciplina Educação Brasileira que integra a matriz curricular obrigatória do Programa de Pós-Graduação em Educação do curso 'Doutorado em Educação' da Universidade Tiradentes/SE a partir do contato com as leituras acerca dos conteúdos: Educação no Brasil colônia, e, os povos negros e a Educação no Brasil, assuntos estes, que nos fizeram envolver numa atmosfera de inquietações para com os "grupos que, até pouco tempo, não tinham assento na história da Educação ou eram considerados apenas sob a perspectiva da exclusão, do silêncio, da subalternidade ou da anomia social"¹.

Um outro fato que parece ser muito significativo, e que foi observado durante este estudo, é que "a percepção dessa ausência não acontece por acaso. Questioná-la poderá ser um caminho interessante para a mudança do enfoque das pesquisas [...] sobretudo no campo educacional"² e, para este fim, buscamos apresentar indícios que nos ajudassem a entender de que forma a população negra nos tempos coloniais tiveram acesso à Educação mediante o processo de constituição e desenvolvimento de práticas educativas.

¹ GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008. p. 222.

² GOMES, Nilma Lino. *O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017. p. 40.

Para compreendermos esta situação, torna-se preciso volvermos à época em que a coroa portuguesa iniciou o processo de colonização no Brasil, buscando nos povos negros e indígenas a sua mão de obra “escrava³” entre os séculos XV e XVII.

Historicamente os portugueses chegaram ao território brasileiro em 22 de abril de 1500, no entanto, esse processo de colonização começou apenas a partir da década de 1530, mediante três fatores primordiais: o domínio litorâneo do continente africano que ocasionou o tráfico negreiro; a exploração do pau-brasil e a ocupação dos campos e canaviais das grandes fazendas produtoras de cana-de-açúcar.

Foi por intermédio destes lamentáveis precedentes que iniciou a história da chegada dos povos negros ao Brasil: através do estabelecimento do tráfico negreiro por parte dos colonizadores portugueses, a partir do século XV, capitaneado pela ambição das demandas econômicas; moldados por castigos físicos, dominação, discriminação, violência, abuso e trabalho forçado, e, justificado por um discurso religioso cristão que via a escravatura como um viés que os aproximaria ao cristianismo.

Há de se considerar que à época a escravidão era vista como algo natural e, à população negra, restava-lhes apenas o trabalho forçado na agricultura e mineração em detrimento aos anseios para com a humanização e escolarização desses povos.

Sendo assim, e, cientes desse contexto historiográfico, situamos o marco temporal desta investigação entre os anos de 1530 a 1815 que marca o tempo colonial brasileiro, com especial atenção ao seu período educacional que começa em 1549 com a chegada dos primeiros padres jesuítas⁴ que consolidaram por aproximados 210 anos um modelo pedagógico centrado no manual do *Ratio Atque Institutio Studiorum Societatis Iesu*, abreviado como *Ratio Studiorum*, que consistia em um ‘Plano e Organização de Estudos da Companhia de Jesus’, publicado em 1599, e que representava a Educação católica, finalizando este período em 1808 com a chegada

³ Registramos que “escravo” não é condição natural, mas imposição do sistema colonial e que segue atual.

⁴ Os jesuítas eram padres que pertenciam à Companhia de Jesus, uma ordem religiosa vinculada à Igreja Católica que tinha como objetivo a pregação do evangelho pelo mundo. Essa ordem religiosa foi criada em 1534 pelo padre Inácio de Loyola e foi oficialmente reconhecida pela Igreja a partir do papa Paulo III em 1540. Foram expulsos do Brasil em 1759 sob a orientação do Marquês de Pombal ao Rei de Portugal Dom José I.

de D. João VI ao Brasil, época em que já imperava as ideias pedagógicas do Marquês de Pombal.

Conhecedores desta realidade, justificamos que o presente estudo traz uma abordagem dos primórdios da Educação brasileira à luz do período colonial para o percurso proibitivo quanto ao direito da população negra à escolarização, no entanto, partimos do pressuposto hipotético de que há indícios, mesmo que de forma pontual, do acesso às práticas educativas dos sujeitos pesquisados.

De forma a delinear os objetivos deste estudo, elaboramos o seguinte questionamento: De que maneira as práticas educativas foram direcionadas às pessoas negras no período colonial brasileiro?

Com vistas a obter respostas às nossas inquietações, o método indiciário de Ginzburg⁵ foi o escolhido para estruturar e direcionar esta investigação, uma vez que por meio dele foi possível se “atentar em indícios, às vezes imperceptíveis, em sintomas, em signos pictóricos, em pormenores, em dados marginais e em pistas”⁶, buscando tecer e alinhar informações dos mais diversificados subsídios da literatura existente presentes em livros, artigos em revistas científicas, notas, anais de eventos e pesquisas acadêmicas que dialogavam com a temática acerca da criação de oportunidades de ensino e de aprendizagem direcionadas às pessoas negras no Brasil colonial.

É a partir desse pensar que o referencial teórico-metodológico desta investigação se apoia, enquanto fontes primárias, nos estudos de Gondra & Schueler⁷, Morais⁸ e Casimiro⁹, por contextualizarem a História da Educação no Brasil colonial e em Munduruku¹⁰; Gomes¹¹ e Silva¹², que versam, respectivamente, acerca da história

⁵ GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais. Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

⁶ GINZBURG, 1989, p. 143.

⁷ GONDRA; SCHUELER, 2008.

⁸ MORAIS, Renant Araújo. O ensino de artes e ofícios no Brasil Colônia. *Plures Humanidades*, Ribeirão Preto, v. 17, n. 1, p. 13-27, 2016.

⁹ CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. Igreja, Educação e escravidão no Brasil Colonial. *Revista Politeia: História e Sociedade*, Vitória da Conquista, BA, v. 7, n. 1, p. 85-102, 2007.

¹⁰ MUNDURUKU, Daniel. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)*. São Paulo: Paulinas, 2012. p. 28.

¹¹ GOMES, 2017.

¹² GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Movimento Negro e Educação. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 134-158, set-/dez. 2000. p. 135.

da educação na perspectiva das pessoas indígenas e negras e no método indiciário de Ginzburg¹³, em que buscou-se conjecturar o invisível a partir do visível, do rastro.

No que diz respeito às fontes secundárias, utilizamos como referencial bibliográfico os estudos em Santos, Amorim e Nascimento¹⁴, por discutirem a relação de instrução e escravidão no período colonial; em Leonel Franca¹⁵, por apresentar o *Ratio Studiorum*, enquanto modelo educacional instituído no período colonial e em Barreto; Nascimento; Sales¹⁶, por investigarem a circulação e a difusão de ideias dos impressos educacionais cristãos no Brasil colonial.

Ressaltamos que estes caminhos teóricos e metodológicos formaram uma ampla tessitura textual, os quais contribuíram para entendermos essa complexa trajetória, bem como construímos argumentos que evidenciam pistas, resíduos e rastros sobre a existência limitada de processos educativos voltadas às pessoas negras a partir dos poucos registros encontrados, desconstruindo assim, um silêncio secular dessas lacunas na história educacional brasileira.

Como dinâmica para exposição deste artigo o organizamos em oito partes, de acordo com a seguinte ordem: esta seção introdutória, com a apresentação do objeto da investigação, as questões e objetivos do estudo e as justificativas que moveram a produção deste trabalho seguidas por mais sete seções, assim estruturadas:

Na seção intitulada de *Educação e racismo contra as pessoas negras no Brasil colonial: indícios e materialidade*, analisamos brevemente a trajetória histórica do pensamento hegemônico-racista, da Antiguidade Clássica ao período colonial, com vistas à compreensão da construção imagética dos povos negros e o seu 'não' acesso à escolarização formal no Brasil colônia, conforme os preceitos instituídos no manual pedagógico católico do *Ratio Studiorum*.

Na seção seguinte, denominada de *Primeiro indício: a instrução das crianças negras nas fazendas jesuítas*, vislumbramos as interpretações que analisam o acesso

¹³ GINZBURG, 1989.

¹⁴ SANTOS, Vera Maria dos; AMORIM, Simone Silveira; NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do. Instrução e escravidão na capitania de Sergipe Del Rey na segunda metade do século XVIII. *Acta Scientiarum*, Maringá, PR, v. 39, n. 3, p. 255-263, jul./set. 2017.

¹⁵ FRANCA, Leonel. *O método pedagógico dos jesuítas: o Ratio Studiorum*. São Paulo: Kíron, 2019.

¹⁶ BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro; NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do; SALES, Tâmara Regina Reis. Sobre a circulação de livros e a leitura na Colônia brasileira. *Revista Araucária*, Madrid, v. 30, p. 1-14, 2013.

às primeiras letras das crianças filhos/as dos escravizados das fazendas inacianas, também conhecidas como ‘colégios de rudimentos’.

Na seção nomeada: *Segundo indício: A aprendizagem das pessoas negras nas oficinas de artes e ofícios mecânicos*, buscamos analisar o acesso ao ensino e aprendizado nas oficinas de Artes e Ofícios manuais dos colégios jesuíticos no tempo colonial.

No que diz respeito a seção, nomenclaturada de *Terceiro indício: a escolarização dos Negros-de-Ganho*, contextualizamos o interesse dos senhores de engenho para viabilizar a aquisição da leitura e escrita aos escravizados, tornando-os vendedores ambulantes, com o intuito de alavancar a renda e o sustento das suas fazendas e comércios.

A antepenúltima seção chamada de *Quarto Indício: Evidências empíricas da instrução de escravos na Capitania de Sergipe Del Rey à época colonial*, encontramos o registro da existência da instrução de escravizados nesta capitania.

Na penúltima seção cognominada *Sintetizando os indícios à luz da materialização das práticas educativas as pessoas negras no Brasil colonial*, mediante o ponto de vista histórico, ratificamos, de forma sintetizada, todos os indícios apresentados acerca das práticas educativas voltadas às pessoas negras na colônia brasileira, tomando como parâmetro os objetivos e questionamento que direcionaram esta investigação.

Na seção final, submetemos as reflexões acerca das considerações finais deste estudo, finalizando assim, o plano textual teórico-metodológico deste trabalho.

EDUCAÇÃO E RACISMO CONTRA AS PESSOAS NEGRAS NO BRASIL COLONIAL: INDÍCIOS E MATERIALIDADE

Nos primórdios da antiga Grécia, o filósofo e educador Aristóteles dedicava-se a ensinar no ginásio do templo de Apolo Liceu o seguinte pensamento: “Uma parte

dos homens nascem fortes e resistentes para o trabalho duro e forçado. Outros, os senhores, nascem fisicamente débeis, mas dotados de uma intelectualidade artística e filosófica”¹⁷, cujo pensar se voltava aos homens trabalhadores braçais, distintos daqueles que se dedicavam aos estudos nos Liceus aristotélicos.

Com o passar dos séculos este pensamento foi o ponto de partida para que as civilizações posteriores viessem a utilizá-lo como um dos fundamentos ideológicos e doutrinários do racismo contra os grupos sociais ‘inferiores’, a exemplo dos povos africanos e indígenas, que foram estereotipados pela cor de pele, bem como pela força e resistência alusiva às características físicas e de raça, conforme assinala as pesquisas de Sant’ Ana¹⁸.

Este pensar se intensifica na Idade Média, mediante o poderio da Igreja Católica Romana, sendo endossado durante as transformações instituídas no período do ‘iluminismo’, através do seguinte ponto de vista à época:

O excessivo calor da zona tórrida, a mudança na alimentação e a fraqueza de temperamento dos homens brancos não lhes permitem resistir dentro deste clima aos trabalhos penosos, as terras da América, ocupada pelos europeus, ainda seriam incultas sem o auxílio dos negros [...]. Os homens negros, nascidos vigorosos e acostumados a um alimento grosseiro, encontram na América as doçuras que lhes fazem a vida rude muito melhor do que em seus países¹⁹.

Diante do contexto exposto, sinalizamos que no século XVI, época do ‘descobrimento’ do Brasil, o entendimento para com o conceito de raça²⁰ se direcionava ao mundo animal em simbiose ao ser humano, ocasionando assim, o pensar deturpado envolto na manutenção da dominação de um grupo sobre outro,

¹⁷ SANT’ ANA, Antônio Olímpio de. História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados. In: MUNANGA, Kabengele (org.). *Superando o Racismo na escola*. 2. ed. rev. Brasília: MEC /Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39-67. p. 43.

¹⁸ SANT’ ANA, 2005.

¹⁹ SANTOS, Gislene Aparecida dos. *A invenção do ser negro: Um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros*. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002. p. 33.

²⁰ É preciso ressaltar que na atualidade o conceito de raça é entendido como construção social que marca, de forma estrutural e estruturante, as sociedades latino-americanas, em especial, a brasileira. Para maiores informações acerca dessa temática ver: GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: resignificando e politizando a raça. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul./set. 2012.

neste caso, a superioridade da raça branca em detrimento a exclusão e subalternização das pessoas negras²¹.

É com este ponto de vista que à época colonial o racismo se intensifica mediante a visão controversa de hierarquia e opressão entre raças que estaria intrincada a ideia de colonialismo enquanto prática de domínio de um determinado povo e “concebido enquanto ordem, considerando o sofrimento humano causado por esse processo nada mais do que um meio para alcançar a ordem²²”, conforme aponta o contexto histórico e os sujeitos investigados.

Desse modo, essas ponderações nos levam a compreender que a propagação do racismo no período do quinhentismo, época em que se iniciava a colonização brasileira pela coroa portuguesa, contribuiu para silenciar intelectualmente as pessoas negras, mediante o esquecimento, exclusão, injustiça e “negação ao acesso à Educação”²³, proibindo e/ou limitando o seu acesso à escolarização pelo viés da invisibilidade, desumanização e consequente desqualificação social.

Para compreendermos esse contexto nos volvemos historicamente ao marco temporal do período colonial brasileiro que compreende os anos de 1530, quando o governo de Portugal envia ao Brasil a primeira expedição exploradora que foi chefiada por Martim Afonso de Souza até 1815, período em que o Brasil deixava de ser colônia e tornava-se parte integrante daquele território que viria a ser conhecido como o Reino de Portugal, Brasil e Algarves.

É durante este período que se inicia a periodização da Educação colonial brasileira que passaria por três etapas distintas: o “período heroico”, que vai da chegada dos primeiros jesuítas (1549) até a morte do Pe. Manuel da Nóbrega, ocorrida em 1570 e/ou do Pe. José de Anchieta, falecido em 1597; a segunda

²¹ Registramos que antes da chegada dos jesuítas “já no Brasil existia escravos africanos. E, com escravatura indígena ou sem ela, toda a gente preferia o trabalhador negro, pela simples razão de que era mais útil o trabalho dum negro que de quatro índios”. LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil – Século XVI*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Lisboa: Portugália, 1938. Tomo II. p. 343.

²² GOMES, 2017, p. 45.

²³ CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2005. p. 97.

compreendida na consolidação da Educação jesuítica que foi moldada conforme os paradigmas eurocêntrico e hegemônico instituídos pelo manual pedagógico do *Ratio Studiorum*, publicado em 1599 e idealizado por Inácio de Loyola (1491-1556), padre jesuíta espanhol e um dos fundadores da Companhia de Jesus, criada para combater a expansão do Protestantismo na Europa mediante o ensino e expansão do catolicismo romano e, a terceira etapa acalentada pelas ideias pedagógicas do Marquês de Pombal.

Endossamos que “a Educação escolar brasileira, nos séculos XVI, XVII e parte do XVIII, estava, em sua grande parte, voltada à constituição de uma civilização moldada nos padrões católicos europeus”²⁴, trazendo consigo o formato de aculturação, exploração e subjugo dos colonizados no processo de catequese que seria o modelo de materialização das práticas pedagógicas para com a fé católica. Não podemos, no entanto, desconsiderar que:

o primeiro grande modelo colocado em prática [pelos europeus] foi a política exterminacionista, adotada logo com a chegada dos europeus ao ‘novo’ continente, caracterizada, sobretudo, pelo genocídio (por meio da eliminação e/ou escravização) e o etnocídio (por meio da educação religiosa e da catequese)²⁵.

Vale considerar que o *Ratio Studiorum* foi o cerne da orientação didática por mais de dois séculos²⁶ e, não incluía o acesso das pessoas negras à Educação, haja vista terem sido inferiorizados devido a sua condição de pertencentes aos grupos socialmente inviabilizados, ou seja:

O negro era o escravo e, para tal fim, chegou ele no Brasil. O jesuíta foi contra a escravidão, mas não pôde vencer a sociedade da Colônia e da Metrópole que, na escravidão, baseavam sua lavoura e economia. Por isso, *o negro jamais pôde ir à escola*. Com dificuldade, conseguiam os missionários que, aos domingos, pudessem os escravos assistir à missa, rezada na capela dos engenhos ou em outro lugar²⁷.

²⁴ BARRETO; NASCIMENTO; SALES, 2013, p. 9.

²⁵ MUNDURUKU, 2012, p. 28.

²⁶ Os preceitos pedagógicos instituídos pelo *Ratio Studiorum*, foram fortemente utilizados na Educação da colônia brasileira de 1599 até a expulsão da ordem jesuíta ‘Companhia de Jesus’, ocorrida no ano de 1759.

²⁷ TOBIAS, José Antônio. *História da Educação Brasileira*. São Paulo: Juriscredi, 1972. p. 97. (Grifos nossos).

Com essa conotação, torna-se compreensível perceber que a Igreja católica impôs sua pedagogia no processo educacional brasileiro, naturalizando a escravidão dos africanos e opondo-se à indígena, os quais “só negros e moleques parecem ter sido barrados nas primeiras escolas jesuíticas”²⁸, ou seja, “diante do entendimento apresentado, o escravo não tinha espaço para ser instruído, conforme a legislação vigente”²⁹, e desse modo, o acesso à escolarização nos colégios jesuítas, tendenciava a não agraciar as pessoas negras.

Todavia, contrapondo-se a este tipo de interpretação e, resguardando as devidas especificidades, este estudo encontrou indícios contrários a este secularizado pensar, corroborando do entendimento de que:

A História da Educação não tem sido um campo privilegiado para a problematização e tratamento das questões relativas à população negra. [...] Isto se manifesta através de uma afirmação equivocada, mas recorrente e corriqueira, de que, no Brasil, os negros não frequentaram escolas³⁰.

Sob este ponto de vista, não se pode negar as restrições legais, sociais e discriminatórias para que a população negra não frequentasse os ambientes educacionais institucionalizados nos tempos coloniais, no entanto, não foi levado em consideração os indícios residuais e limitados de uma escolarização e/ou Educação informal efetivamente ocorrida neste período.

Esse entendimento se confirma ao analisarmos os referenciais bibliográficos e documentais investigados, a exemplo da “existência de salas de aula nas casas-grandes [que] era muito comum, era onde os meninos e, muitas vezes, as ‘crias e moleques’, reuniam-se para aprender a ler e a escrever, a contar e a rezar”³¹, cujos rastros assinalam que advieram convergências educacionais mediante pontuais e singulares processos educativos voltadas às pessoas negras à época retratadas.

Nessa mesma linha de entendimento, é importante lembrar que “a catequese dos negros fazia-se, a princípio, com os índios”³², a exemplo do culto à Nossa Senhora

²⁸ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 30. ed. Rio de Janeiro: Record, 1995. p. 413.

²⁹ SANTOS; AMORIM; NASCIMENTO, 2017, p. 256.

³⁰ FONSECA, Marcus Vinícius. Apontamentos em relação às formas de tratamento dos negros pela História da Educação. *História da Educação*, Pelotas, RS, v. 13, n. 28, p. 29-59, maio/ago. 2009. p. 25.

³¹ SANTOS; AMORIM; NASCIMENTO, 2017, p. 260.

³² LEITE, 1938, p. 353.

do Rosário que “foi usada pelos padres na catequese dos primeiros escravos africanos vindos a Bahia”³³, conforme atesta uma carta de José de Anchieta do século XVI.

Essa marca indiciária de aprendizagem se mantém quando atentamos a afirmativa de que “no campo da Educação cristã, prevalentemente para a catequese dos índios e negros, [...] os jesuítas procuravam aprender as suas línguas e elaborar catecismos [...]. Alguns deles elaboraram catecismos e manuais de instrução na língua dos negros”³⁴, bem como, sabe-se que acesso as aulas de músicas nos primitivos conservatórios da ordem jesuíta, direcionadas aos meninos índios “admitiram, com o andar do tempo, os negros à mesma aprendizagem”³⁵, fortalecendo assim, as marcas e indícios de um singular e peculiar acesso de um trabalho educativo propenso aos sujeitos investigados.

É dentro desse contexto de aprendizado, conforme os exemplos mencionados, que nas seções que se seguem, explicitaremos os preceitos de como se dava as práticas educativas das pessoas negras no período colonial, conforme os rastros encontrados.

PRIMEIRO INDÍCIO: A INSTRUÇÃO DAS CRIANÇAS NEGRAS NAS FAZENDAS JESUÍTAS

Já enfatizamos que no decorrer da trajetória histórica educacional das pessoas negras no Brasil, nos deparamos com o pensamento dos colonizadores da necessidade de se modelar a moral e o comportamento social via à submissão e rigidez para com as pessoas negras escravizadas.

Todavia, há de se considerar que os jesuítas proveram meios para que as crianças das pessoas escravizadas aprendessem as primeiras letras nos conhecidos ‘colégios de rudimentos’, que eram construídos nas suas fazendas e, recebessem as lições do catecismo católico, porém, sem alçarem condições de possuírem grau de

³³ SANTOS; AMORIM; NASCIMENTO, 2017, p. 96.

³⁴ CASIMIRO, 2007, p. 98.

³⁵ LEITE, 1938, p. 109.

escolarização formal, afinal:

Os Escravos Negros não eram livres para buscarem a instrução média e superior, e claro está que os senhores não os compravam para os mandar aos estudos e fazer deles bacharéis ou Sacerdotes. A instrução ou Educação, que lhes permitiam, essa, e mais do que essa, lhes ensinava a Igreja. E a Igreja foi a única educadora do Brasil até ao final do século XVIII³⁶.

No entanto, há a constatação de que “os africanos escravizados estavam impedidos de aprender a ler e escrever, de cursar escolas quando estas existiam, *embora a alguns fosse concedido a alto preço, o privilégio, se fossem escravos em fazendas de jesuítas*”³⁷, ou seja, o acesso à Educação mediante práticas educativas era viabilizado de forma restrita e pontual.

Este pensar, na maioria das vezes, se reportava às crianças dos trabalhadores escravizados das fazendas jesuítas, visando dar-lhes uma Educação com vistas a sua socialização, mas, com permanência de sua condição servil, mediante o entendimento de que “a criança escrava, para o pleno cumprimento das obrigações inerentes à sua condição, deveria ser preparada para tomar parte das injustas relações sociais que caracterizavam o mundo escravista”³⁸, isto é, mesmo obtendo o acesso a oportunidades de aprendizagem, prezava-se a permanência da naturalização da escravatura.

É com a adoção dessa premissa, mesmo que de forma pontual e residual, aos filhos dos escravizados pertencentes e que trabalhavam nas propriedades dos missionários-fazendeiros, obtiveram práticas educativas nas escolas do bê-á-bá³⁹, construídas pela ordem jesuíta, demonstrando assim, que um pequeno contingente de crianças negras, conseguiram esse acesso e foram educadas conforme ditavam as regras pedagógicas impostas pelo *Ratio Studiorum*.

Para apregoar o anunciado, reforçamos que essa simbiose entre catequese com o ensino das primeiras letras foi descrita por Serafim Leite da seguinte forma:

³⁶ LEITE, 1938, p. 44.

³⁷ GONÇALVES; SILVA, 2000, p. 135. (Grifos nossos).

³⁸ FONSECA, Marcus Vinícius. Educação e Escravidão: um desafio para a análise historiográfica. *Revista Brasileira de História da Educação*, São Paulo, n. 4, p. 123-144, jul./dez. 2002. p. 127.

³⁹ Registramos que “as Casas de Be-a-bá, foi um termo designado para o ensino das primeiras letras nas casas coabitadas por crianças índias e padres jesuítas”. FERREIRA JR., Amarílio; BITTAR, Marisa. Artes liberais e ofícios mecânicos nos colégios jesuíticos do Brasil colonial. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 51, p. 693-751, set./dez. 2012. p. 696.

E o que ela (Companhia de Jesus) fez pela catequese e elevação moral dos Escravos, além do proverbial bom trato que lhes dava, afere-se por este triplice fato: foi um jesuíta o P. Pero Dias, Apóstolo dos Negros do Brasil, que escreveu a Arte da Língua de Angola com o propósito deliberado de melhor os amparar e servir; fundou-se nos Colégios o apostolado do mar à chegada dos navios de África; e multiplicaram-se, a favor dos Negros dos Engenhos e Fazendas, as missões discurrentes, saídas dos Colégios de cada região, em toda a extensão do Brasil⁴⁰.

Dito isso, depreende-se que os colégios em que se professava os estudos das primeiras letras ocorriam nas fazendas da ordem inaciana, sendo este processo de escolarização importante para a aquisição dos preceitos da fé católica mediante a catequização e cristianização, acalentando o entendimento de que "quando começaram a preponderar os negros nas fazendas principais, [...] a escola de rudimentos e de catequese era para os filhos dos escravos"⁴¹, ou seja, uma modesta parcela dos filhos das pessoas negras escravizadas também obtiveram escolarização.

Faz-se imprescindível destacar que os castigos físicos eram recomendados no modelo pedagógico instituídos pelo *Ratio Studiorum*, conforme preconizava a 'Regra nº 39 – Cuidado da disciplina", e que, esta regra foi bastante utilizada para com as crianças negras.

Para ilustrar tal afirmativa, nos reportamos a uma carta escrita em 1560 pelo Governador Geral do Brasil e endereçada ao Rei de Portugal Dom Sebastião à qual versava sobre as práticas educativas, de cunho punitivo, direcionadas às crianças negras, mamelucas e/ou indígenas:

Também mandei fazer tronco em cada vila e pelourinho, por lhes mostrar que tem tudo o que os cristãos tem, e para o meirinho [corretor] meter os moços no tronco quando fogem da escola, e para outros casos leves, com autoridade de quem os ensina [os padres jesuítas]⁴².

Fica evidenciado que o acesso dos filhos das pessoas negras escravizadas e nascidos nas fazendas jesuítas e que tiveram acesso aos colégios inacianos das primeiras letras não foram redimidos das punições físicas aplicadas pelos

⁴⁰ LEITE, 1938, p. 144.

⁴¹ LEITE, Serafim. *Breve história da Companhia de Jesus no Brasil: 1549-1760*. 2. ed. Braga: Apostolado da Imprensa, 1993. p. 40.

⁴² SÁ, Mem de. Carta de Mem de Sá Governador do Brasil a D. Sebastião Rei de Portugal, Rio de Janeiro, 31 de março de 1560. In: LEITE, Serafim. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil: 1558-1563*. Coimbra: Tipografia Atlântida, 1958. v. 3. p. 172.

colonizadores no território brasileiro à época quinhentista.

SEGUNDO INDÍCIO: A APRENDIZAGEM DAS PESSOAS NEGRAS NAS OFICINAS DE ARTES E OFÍCIOS MECÂNICOS

No decorrer da trajetória educacional nos tempos coloniais, a Companhia de Jesus estabeleceu a criação da 'Confraria de Oficiais Mecânicos', também conhecida como as 'Oficinas de Artes e Ofícios Manuais', objetivando manter propriedades produtoras de manufaturas com o intuito de financiar os seus colégios jesuíticos instituídos em toda colônia.

Nessas oficinas, os oficiais eram compostos por "colonos livres vindos da metrópole, indígenas ou *escravos desafricanizados*, como também pelos próprios padres jesuítas"⁴³, os quais fabricavam mercadorias manuais e/ou artesanais que eram essenciais para o consumo, a exemplo das alpercatas, utilizadas pelos jesuítas, bem como a construção e manutenção das suas igrejas e colégios.

Faz-se imprescindível registrar que embora as oficinas de artes mecânicas não estivessem ditadas no *Ratio Studiorum*, suas regras foram evidenciadas em um documento católico de 1570 chamado de *Monumenta pedagógica*, no qual, estabelecia a atuação didática dos jesuítas para com os ensinamentos dos ofícios manuais, artesanais e/ou mecânicos, com vistas à formação de pedreiros, canoeiros, carpinteiros, ferreiros, carvoeiros, pescadores, caieiros, encanadores, tecelões, dentre outros.

Desse modo, os padres da Companhia de Jesus não só catequizavam como também praticavam e instruíam uma extensa relação de artes e ofícios que eram "ensinadas pelos jesuítas aos indígenas e escravos africanos"⁴⁴, em oficinas anexas aos colégios da Companhia de Jesus.

É bem verdade que esse acesso das pessoas negras a essas práticas de aprendizagem se dava devido a ausência, carência e dificuldades de se encontrar profissionais/oficiais mecânicos formais na *terra brasilis*. Logo, ao mesmo tempo em

⁴³ FERREIRA JR.; BITTAR, 2012, p. 694. (Grifos nossos).

⁴⁴ MORAIS, 2016, p. 19.

que se os jesuítas ensinavam os ofícios e produziam as manufaturas, também estabeleciam o trabalho intelectual em simbiose com o manual.

Conforme citado, esse trabalho educativo estava voltado principalmente aos menos favorecidos, sendo que no Brasil “a maior parte da mão de obra nas oficinas de artes mecânicas era escrava”⁴⁵ e ocorria mediante a observação e imitação, de maneira assistemática e não escolarizada conforme ocorria nos tempos medievais: uma instrução realizada na prática e no próprio local de trabalho e que necessitava a aquisição mínima dos conhecimentos escolares e científicos. Este tipo de ensino se aproximava de um ‘perfil escolar’, mas com características de ‘escolas do trabalho’ dos tempos coloniais, o que hoje chamaríamos de ensino profissional.

No contraponto, a educação de artes e ofícios no período colonial possuía um perfil mais prático e assistemático, com vistas ao desprovemento de conhecimentos teóricos prévios ou escolarizados e estava totalmente vinculado aos pobres desvalidos e miseráveis, compostos maciçamente pela população negra e mulata, ocasionando a valorização para com a Educação formal, teórica e intelectual em detrimento ao ensino manual e artesanal.

Esse viés de pensamento foi posto em prática devido os ofícios mecânicos estarem associados às atividades das pessoas escravizadas e a história versa que “quando a aprendizagem caseira dos ofícios passou a ser ministrada aos escravos, o ensino dos ofícios se abastardou”⁴⁶. Essa forma infeliz e preconceituosa se dissipou ao longo de todo período colonial e imperial, onde se “apregoavam os cegos moradores desses tempos, que não deviam os cidadãos desonrar-se com a indústria e o trabalho, naturalmente reservados aos que traziam no corpo o ferrete de cativos”⁴⁷, pensamento este que contribuiu para fortalecer a ampliação do preconceito e discriminação para com as atividades educacionais e profissionais a que estavam sujeitos nos tempos coloniais.

Pelo exposto nesta seção, apesar da hegemonia-racista prevalecer no contexto panorâmico das oficinas de artes e ofícios, encontramos rastros do acesso

⁴⁵ FERREIRA JR.; BITTAR, 2012, p. 711.

⁴⁶ FERREIRA JR.; BITTAR, 2012, p. 713.

⁴⁷ PEREIRA, Eduardo Carlos. A religião cristã em suas relações com a escravidão. *Sociedade Brasileira de Tratados Evangélicos*, n. 8. São Paulo: Typographia a vapor de Jorge Seckler & c., 1886. p. 29.

da comunidade negra escravizada aos processos educativos, dessa vez, no âmbito do ensino profissional da época investigada.

TERCEIRO INDÍCIO: A ESCOLARIZAÇÃO DOS NEGROS-DE-GANHO

Tendo em vista a precariedade de informações que se explique a trajetória das pessoas negras ao processo educacional no período colonial, os indícios apontam que à época os senhores de engenho criaram possibilidades para as pessoas negras escravizadas obtivessem acesso à escrita com o intuito de os transformarem em negros-de-ganho.

Para este fim, os latifundiários e senhores da alta sociedade residentes nas cidades, aproveitavam das suas habilidades e os transformavam em um “escravo de ganho”, também chamados de ‘negros-de-ganho’, visando os explorar lucrativamente conforme seus interesses de exploração racista e capitalista.

Com este propósito, os escravizados de ganho eram autorizados por seus senhores a vender os produtos das suas fazendas e/ou comércios em cestos e tabuleiros carregados à cabeça, bem como realizavam transportes de cargas e passageiros; fabricavam utensílios artesanais e manufaturas; cuidavam de pequenos estabelecimentos comerciais, como as quitandas e barbearias, além de fazerem ampla leva de atividades comerciais nas ruas das cidades coloniais.

Para que isso ocorresse, muitos deles recebiam uma educação institucionalizada no âmbito da alfabetização, mediante o interesse de seus senhores em contratarem professores particulares para ensinar os aspectos básicos para aquisição da leitura e escrita, visando com esta ação, transformar estas pessoas negras escravizadas em vendedores ambulantes para alavancar seus lucros.

Reforça-se este entendimento, apregoando que “uma das práticas mais comuns era os senhores mandarem ensinar ofícios industriais aos cativos que, depois do seu período de aprendizado, ofereciam os seus serviços aos proprietários das oficinas e manufaturas”⁴⁸, o que se alinha ao conhecimento adquirido pela população negra, estudada na seção anterior acerca da aquisição das artes e ofícios.

⁴⁸ SOARES, Carlos Luiz. Os Escravos de Ganho no Rio de Janeiro do Século XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 107-142, mar./ago. 1988. p. 109.

Interessante registrar que seus senhores ficavam com a maior parte dos lucros obtidos a cada dia, isto é: “pagavam uma diária aos seus senhores como fruto dos produtos que vendiam ou dos serviços que prestavam a outrem na cidade”⁴⁹, ou seja, as pessoas negras escravizadas e escolarizadas tinham a obrigação de entregar a seu senhor uma determinada renda diária ou mensal por conta de seus serviços.

Quanto aos poucos lucros que ficavam com os negros-de-ganho, estes os utilizavam para adquirir vestuário e alimentação, bem como, poderia ser destinada à compra de sua alforria.

Interessante citar que, muitos senhores, à época, adquiriram o hábito do não trabalho e passaram a ter como única fonte de renda os lucros advindos dos seus “escravos de ganho”, e, quando estes não lhes pertenciam, faziam questão de alugá-los para prestar estes serviços.

Ao interpretarmos esse entendimento, compreende-se que o acesso ao conhecimento de leitura e escrita por parte dos ‘escravizados de ganho’, custaram-lhes caro: forjou-se em uma dura exploração das pessoas negras, no entanto, resguardados os objetivos dessa pesquisa, os indícios nos levaram a conferir que os negros de ganho, necessitavam de conhecimentos escolares para efetivar a comercialização diárias nas ruas do Brasil colonial, e desse modo, tornaram-se mais um exemplo de acesso educacional adquirido por estes sujeitos.

QUARTO INDÍCIO: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS DA INSTRUÇÃO DE PESSOAS ESCRAVIZADAS NA CAPITANIA DE SERGIPE DEL REY À ÉPOCA COLONIAL

No decorrer da trajetória histórica dos registros documentais no período colonial, foi encontrado um livro de testamento datado de 1771 da Senhora Anna Paes Telles “*no qual ficou registrado, dentre outros fatos, a instrução de escravos*”⁵⁰ na Capitania de Sergipe Del Rey.

Dona Anna Paes Telles, era natural da Freguesia de Nossa Senhora do

⁴⁹ FONSECA, 2002, p. 135.

⁵⁰ SANTOS; AMORIM; NASCIMENTO, 2017, p. 255. (Grifos nossos).

Socorro e filha do Sr. João Baptista e da Sr^a Maria de Menezes, já falecidos à época de seu inventário. Pertencia a alta sociedade colonial de Sergipe Del Rey, sendo inclusive chamada de ‘Dona’ e possuía ampla riqueza. Católica fervorosa, integrava uma ordem religiosa da sua freguesia. Foi casada com o Sr. Gregório de Araújo Costa, também falecido.

Conforme seu testamento, não tiveram nenhum “herdeiro forçado”⁵¹, uma vez que não tiveram filhos biológicos, mas, sob seu teto nasceram e foram criados duas crianças negras e filhas de pessoas escravizadas: João e Lourença, os quais foram nutridos por ampla consideração e afetividade no seu seio familiar, não os deixando desamparados, assim sendo seu desejo:

Declaro que possuo dois escravos hum digo escravos ambos crioulos⁵² a saber hum de nome Joao e hum de nome Antonio e outra de nome Barbara Luciana ambas irmans filhas da minha escrava Luciana alias Lourença as quais se achao com suas cartas de Alforria lavradas no Livro de Nottas do Cartorio desta villa do Lagarto cujo mulatinho Antonio se acha aprendendo a ler e ao officio de sapateiro com Francisco de Araujo a qual pesso que o tenha em seu poder athe o acabar de ensinar e o dito ter capacidade de se Instrução e escravidão em Sergipe reger e a mulatinha *pesso a Rosa Maria molher de Manoel Guedes Soares pelo amor de Deos e por me fazer mercer a queira ter em seu poder dando lhe o ensino e doutrina como costuma fazer a seos filhos athe a dita a se poder reger*⁵³.

Diante do exposto, fica compreendido que na residência de Dona Anna Paes Telles, além de pessoas negras escravizadas que eram João e Lourença, estavam sob sua custódia mais duas pequenas crianças chamadas de Antônio e Barbara Luciana, as quais eram alforriadas, e mesmo assim ela os tratava como ‘escravinhos’ ou ‘mulatinhos’. A pedido de Dona Anna, “o mulatinho Antônio deveria aprender a ler, bem como praticar o ofício de sapateiro com o Sr. Francisco de Araújo, que ficaria responsável por ele, até que o mesmo alcançasse a idade de 25 anos, que seria sua maioridade jurídica. Quanto à ‘mulatinha’, esta deveria ser instruída conforme seu “sexo”: aprendendo a cozer e a bordar. Outrossim, é preciso atentar que:

O documento não informa, mas inferimos que Barbara Luciana provavelmente recebeu seu conjunto de aprendizado de uma mestra de

⁵¹ SANTOS; AMORIM; NASCIMENTO, 2017, p. 258.

⁵² Conforme dita o Dicionário de Bluteau (1712-1728), o termo CRIOULO, refere-se ao escravizado que nasceu na casa de seu senhor.

⁵³ SANTOS; AMORIM; NASCIMENTO, 2017, p. 261. (Grifos nossos).

ensino, o que era comum à época, de acordo com o que a literatura aponta. Talvez dona Rosa Maria fosse uma mestra de ensino à época⁵⁴.

Respaldados no inventário supracitado, o panorama demonstra que a instrução às crianças negras que eram filhas de pessoas escravizadas, conforme solicitou Dona Anna Paes Telles, se alinhava aos ensinamentos educativos que eram direcionados para os jovens da elite na Capitania de Sergipe Del Rey à época.

Outrossim, é possível pensar também que as crianças supracitadas no testamento analisado “fossem crianças nascidas fora do casamento, pois era comum naquela época, na hora da morte, amparar os filhos”⁵⁵ e, talvez esse indício justifique o seu espírito de maternidade e preocupação para com esses pequenos. No geral, fica evidenciado empiricamente um salutar exemplo de instrução direcionado aos povos negros conforme os objetivos propostos para com o marco temporal estudado.

SINTETIZANDO OS INDÍCIOS À LUZ DA MATERIALIZAÇÃO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS AS PESSOAS NEGRAS NO BRASIL COLÔNIA

Para sintetizar, gostaríamos de ressaltar que a realização desta pesquisa alterou, sem dúvida, a nossa forma de enxergar o acesso à instrução educacional, formal ou informal, das pessoas negras no período colonial brasileiro, haja vista os poucos estudos sobre esta temática com este recorte temporal. É fato que sempre tivemos uma visão realista da situação educacional dos sujeitos desta análise, os quais, deveras, percorreram séculos trazendo consigo uma lamentável trajetória de deturpação, exclusão e apagamento histórico numa época em que a escravidão, perversa e cruel, era uma prática vista como normalizada socialmente.

Apesar desse deplorável cenário, não podemos, no entanto, desconsiderar que, conforme os objetivos propostos para este trabalho, os indícios apontaram vestígios de práticas educativas, formais e informais e, em situações de forma restrita e pontual. Tomamos como base para exemplificar tal feito, a aquisição da aprendizagem das primeiras letras direcionadas às crianças negras nos colégios de rudimentos da ordem inaciana, cujo ‘privilégio’ se dava aos filhos dos pais e mães que

⁵⁴ SANTOS; AMORIM; NASCIMENTO, 2017, p. 262.

⁵⁵ SANTOS; AMORIM; NASCIMENTO. 2017, p. 262.

integravam os grupos de pessoas escravizadas que residiam e trabalhavam nos territórios das fazendas jesuítas.

Além disso, os rastros demonstraram que nas oficinas de artes e ofícios mecânicos, por meio de processos educativos, as pessoas negras aprendiam a fabricar mercadorias manuais e artesanais e, para este fim, era preciso obter os conhecimentos basilares para a compreensão das técnicas necessárias para a concretude das manufaturas produzidas com fins de comercialização.

Outrossim, as evidências também demonstraram que os negros de ganho eram instruídos a comercializarem, e dessa forma, e, conforme o interesse de seus senhores, eram alfabetizados com vistas a conseguissem desempenhar diversas atividades, dentre elas: venderem mercadorias e/ou cuidarem de estabelecimentos comerciais.

Por fim, este trabalho apresentou indícios comprobatórios de práticas de ensino e aprendizado direcionados às pessoas negras através de registros documentais, a exemplo da manifestação de última vontade de uma senhora pertencente à alta sociedade da então capitania de Sergipe Del Rey à época da colônia brasileira, cujo testamento registrado e datada em 1771, estabelecia que fosse ofertada às suas crianças negras e alforriadas o direito à educação.

Logo, pelo ponto de vista histórico, ratificamos que pelos indicativos apresentados, deveras, um pequeno contingente de pessoas negras nos tempos coloniais, obtiveram singelas e pontuais oportunidades de práticas propensas ao ensino e aprendizagem. Compreender o contexto desses poucos acessos da população negra ao longo de sua trajetória histórica nos tempos coloniais, é entender duramente o quanto esses sujeitos foram submetidos a um lamentável processo de aculturação, os quais foram viesados por métodos educativos repressivos, excludentes e alimentados por uma prática educativa modelada pelo silêncio e esquecimento na História da Educação brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse estudo, discutimos a problemática relativa ao acesso à educação via práticas educativas direcionadas às pessoas negras, tendo como marco temporal o período colonial brasileiro datado entre os anos de 1530 a 1815.

Em um primeiro momento, compreendeu-se que à educação neste período estudado foi moldado por um mecanismo apropriado para sua elite que, conduzindo à hierarquização social, mantinha a exclusão e subalternização das pessoas negras escravizadas, as quais sempre estiveram impedidos de receber instrução, pois o marco regulatório educacional da época, instruído pela ordem jesuíta através do manual multissecular do *Ratio Studiorum*, delineou de forma uníssona o modelo educacional brasileiro e limitou e/ou proibiu que estas pessoas obtivessem acesso à práticas educativas.

Nesse sentido, observamos que a construção educacional formal “durante muito tempo foi sistematicamente negada aos negros e às negras brasileiras⁵⁶”, sendo excludente e inferiorizante, pois, o pensamento colonial impunha aos negros o conformismo justificado pelo desmerecimento e incapacidade intelectual.

No entanto, apesar da investigação ter nos levado à evidente compreensão da tentativa – desigual – do acesso da comunidade negra aos processo de ensino no período de vigência do regime escravocrata, evidenciamos indícios que demonstraram um limitado acesso para com a aprendizagem das ‘primeiras letras’, ou seja: mesmo diante da discriminação explícita em relação as pessoas escravizadas e da interdição aos espaços escolares, houve, na História da Educação, situações nas quais os sujeitos investigados obtiveram acesso à aprendizagem escolar.

Essa compreensão tornou-se possível ao adotarmos metodologicamente o paradigma indiciário de Ginzburg⁵⁷ que nos fez encontrar vestígios, pistas e rastros que, mesmo de modo superficial e lacunar, apontaram evidências sobre os processos de alfabetização vivenciados por pessoas negras escravizadas no Brasil colônia para a aquisição dos seus saberes educacionais.

No contraponto, é importante afirmar que as considerações apresentadas até

⁵⁶ GOMES, 2017, p. 24.

⁵⁷ GINZBURG, 1989.

aqui, nos fornecem argumentos consistentes para inferir que as pessoas negras somente foi incluída, de forma pontual e residual no processo de aprendizagem para atender às necessidades dos senhores que esperavam lucrar com sua leitura e escrita, a exemplo dos negros-de-ganho, bem como mediante ensinamentos ocorridos nas fazendas, nas igrejas, nas irmandades ou nas cidades através da catequese católica, visando integrá-los minimamente ao mundo dos seus senhores, e, destoando completamente dos preceitos humanizados que a cristandade declamava, haja vista, estarem agregados a um severo sistema de punições e castigos.

À população negra, resguardadas as devidas especificidades, suas práticas educativas ocorreram com vistas a execução do seu próprio trabalho árduo, assim como ficou percebido que este limitado acesso estava calcado pela desigualdade, subordinação e inviabilização social das pessoas negras tratadas pela condição de ‘escravos africanizados’ residentes no Brasil.

É preciso, portanto, entender que esta subtração ao acesso educacional dos sujeitos da pesquisa, faz parte de um processo histórico, cujas “sucessivas leis, que foram lentamente afrouxando os laços do escravismo, não trouxeram, como consequência direta ou imediata, oportunidades de ensino para os negros”⁵⁸, oportunidade esta que só começou a ser flexibilizada 272 anos após a promulgação do *Ratio Studiorum*, através da Lei do Ventre Livre de 1871 e posteriormente com a publicação em 1961 da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Outrossim, atentamos que os dados analisados estão longe de contemplar todas as necessidades que a discussão sobre as questões educacionais das pessoas negras no período colonial necessita no contingente da História da Educação Brasileira, haja vista, a carência de estudos com essa temática, pois há muitos silêncios e lacunas que sugerem a necessidade de investigações mais aprofundadas sobre esse temário.

Desse modo, torna-se preciso a continuidade desse estudo por outros pesquisadores e/ou historiadores, o qual será de fundamental importância trazer novos apontamentos que enriqueça a produção científica com esta temática, afinal: “a História das relações entre os negros e a Educação [...] permanece constituindo um

⁵⁸ DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 445.

dos grandes desafios”⁵⁹, tornando-se preciso compreender e ensinar às atuais e próximas gerações essa história que foi materializada e silenciada durante os séculos, e desse modo, precisa ser estudada, discutida e falada.

Podemos concluir que este estudo apontou nitidamente que houve práticas educativas voltadas à população negra na época colonial calcada pela dominação e submissão e agregada por uma metodologia da exploração, do esquecimento e do silêncio, conforme legitimam as fontes estudadas.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro; NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do; SALES, Tâmara Regina Reis. Sobre a circulação de livros e a leitura na Colônia brasileira. *Revista Araucária*, Madrid, v. 30, p. 1-14, 2013.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2005.

CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. Igreja, Educação e escravidão no Brasil Colonial. *Revista Politeia: História e Sociedade*, Vitória da Conquista, BA, v. 7, n. 1, p. 85-102, 2007.

DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

FERREIRA JR., Amarílio; BITTAR, Marisa. Artes liberais e ofícios mecânicos nos colégios jesuíticos do Brasil colonial. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 51, p. 693-751, set./dez. 2012.

FONSECA, Marcus Vinícius. Apontamentos em relação às formas de tratamento dos negros pela História da Educação. *História da Educação*, Pelotas, RS, v. 13, n. 28, p. 29-59, maio/ago. 2009.

FONSECA, Marcus Vinícius. Educação e Escravidão: um desafio para a análise historiográfica. *Revista Brasileira de História da Educação*, São Paulo, n. 4, p. 123-144, jul./dez. 2002.

FRANCA, Leonel. *O método pedagógico dos jesuítas: o Ratio Studiorum*. São Paulo: Kíron, 2019.

⁵⁹ GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 255.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 30. ed. Rio de Janeiro: Record, 1995.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais. Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul./set. 2012.

GOMES, Nilma Lino. *O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Movimento Negro e Educação. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 134-158, set-/dez. 2000.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

LEITE, Serafim. *Breve história da Companhia de Jesus no Brasil: 1549-1760*. 2. ed. Braga: Apostolado da Imprensa, 1993.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil – Século XVI*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Lisboa: Portugalia, 1938. Tomo II.

MORAIS, Renant Araújo. O ensino de artes e ofícios no Brasil Colônia. *Plures Humanidades*, Ribeirão Preto, v. 17, n. 1, p. 13-27, 2016.

MUNDURUKU, Daniel. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)*. São Paulo: Paulinas, 2012.

PEREIRA, Eduardo Carlos. A religião cristã em suas relações com a escravidão. *Sociedade Brasileira de Tratados Evangélicos*, n. 8. São Paulo: Typographia a vapor de Jorge Seckler & c., 1886.

SÁ, Mem de. Carta de Mem de Sá Governador do Brasil a D. Sebastião Rei de Portugal, Rio de Janeiro, 31 de março de 1560. In: LEITE, Serafim. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil: 1558-1563*. Coimbra: Tipografia Atlântida, 1958. v. 3.

SANT' ANA, Antônio Olímpio de. História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados. In: MUNANGA, Kabengele (org.). *Superando o Racismo na escola*. 2. ed. rev. Brasília: MEC /Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39-67.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. *A invenção do ser negro: Um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros*. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

SANTOS, Vera Maria dos; AMORIM, Simone Silveira; NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do. Instrução e escravidão na capitania de Sergipe Del Rey na segunda metade do século XVIII. *Acta Scientiarum*, Maringá, PR, v. 39, n. 3, p. 255-263, jul./set. 2017.

SOARES, Carlos Luiz. Os Escravos de Ganho no Rio de Janeiro do Século XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 107-142, mar./ago. 1988.

TOBIAS, José Antônio. *História da Educação Brasileira*. São Paulo: Juriscredi, 1972.